

## **A LITERATURA NO CURSO COLEGIAL (1943–1971): LEITURA DOS PROGRAMAS, PROGRAMAS DE LEITURA**

ANDRÉ BARBOSA DE MACEDO (FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FEUSP)).

### **Resumo**

O objetivo da comunicação é abordar, incipientemente, as especificações quanto ao ensino de literatura nos programas destinados à disciplina de Língua Portuguesa no segundo ciclo do curso secundário, ou seja, no curso colegial. Nesse sentido, procuramos compreender a unidade legalmente concebida para a disciplina nos cursos ginásial e colegial, as finalidades do ensino de Literatura e as transformações e permanências na vulgata dos conteúdos de Literatura na disciplina de Língua Portuguesa valemo-nos, nesse ponto, das proposições de André Chervel (1990), Circe Bittencourt (2008, 2004, 2003, 1993), Jean-Claude Forquin (1992) e Ivor Goodson (1997, 1995, 1991). Nessa abordagem, atentamos para as instâncias e o modo de elaboração dos programas. Num primeiro momento, foram elaborados em âmbito federal pelo Ministério da Educação e Saúde (M.E.S.), o programa de 1943, e pela Congregação do Colégio Pedro II, o programa de 1951. Num segundo momento, posterior à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, foi iniciado um processo de descentralização, possibilitando a elaboração de programas aos estabelecimentos particulares de ensino, aos autores de livros didáticos e aos governos estaduais. Atentamos, também, para aproximações e distanciamentos no tocante às mudanças paradigmáticas que ocorriam no campo da literatura, valendo-nos das considerações de Alfredo Bosi (2000), Wilson Martins (2004), Benedito Nunes (2000) e Flora Sussekind (2002).

### **Palavras-chave:**

literatura, ensino, curso colegial.

### **O ensino de literatura no curso colegial (1943-1971):**

#### **leitura dos programas, programas de leitura**

Partimos nesse texto das proposições dos pesquisadores indicados no resumo: Chervel, Bittencourt, Forquin e Goodson. Tais proposições não serão aqui retomadas ou discutidas, mas dizem respeito à necessidade de considerar as especificidades das disciplinas escolares em sua história. Há objetivos distintos entre as disciplinas escolares e as disciplinas acadêmicas, entretanto, é necessário investigar, para cada disciplina, o "intercâmbio de legitimações entre as duas entidades específicas" (BITTENCOURT, 2004, p. 49).

### **Os programas de 1943 e de 1951: de filólogos**

A *Lei orgânica do ensino secundário*, de 1942, integrante da Reforma Capanema, estabelecia a seriação ainda hoje vigente no atual ensino médio, três anos. Entretanto, havia uma unidade entre ginásio e colégio, concebidos legalmente como uma das possíveis continuidades em nível pós-primário. Tratava-se de uma divisão que mantinha o dualismo entre ensino popular e de elites, "como 'tipos' específicos, com conteúdos e finalidades específicas próprias, sem possibilidade de articulação entre si" (HAIDAR; TANURI, 2002, pp. 91-92). Tudo isso estava implícito em todos

os programas para as disciplinas do secundário, portanto, também para a de Português.

Assim sendo, verificamos que o programa de julho de 1942 para o ginásio organizava suas especificações em três tópicos: *leitura, gramática e outros exercícios*[1]. Não havia indicações pontuais quanto a autores e obras de literatura. Entretanto, na parte de leitura para a 4ª série havia uma observação precisa: devia-se "*já aspirar a constituir uma iniciação literária, em excertos da literatura brasileira e portuguesa*" (p. 354, grifo nosso). Já nas *Instruções metodológicas para execução do programa de português*, no tópico *Observações gerais*, salientava-se que "o professor se esforçará por incutir nos alunos o amor da língua" (p. 359) e, nos três itens seguintes, expressava-se o desdobramento particular das finalidades do ensino secundário no que tangia à disciplina de Português. Cabia ao curso colegial a iniciação literária, entendida como entrada no prestigioso domínio da língua, a modalidade mais nobre por ser "a de mais importante papel social e político" (p. 359). Para este domínio era direcionado o ensino precedente. A dimensão humanística era mesclada à preocupação patriótica, motivada por "forças dissolventes" encarnadas em "estrangeiros das mais variadas procedências" (p. 359). A ameaça à solidez do Estado-nação, ou talvez a tentativa de reconfigurá-lo em certo sentido, através da educação tal qual reformada por Capanema e seu ministério, estava na ordem do dia. Nisso, os inimigos declarados, mas não os únicos, eram os estrangeiros[2], afinal, "zelar a língua literária é, para o Brasil, um dever de própria defesa", seria "condenável menosprezá-la depois de ela ter atingido tão alta perfeição como a atual" (p. 359). Assim marcado pela necessidade de formação de "consciência humanística" e de "consciência patriótica", o ensino de português no curso colegial foi concebido sobretudo como ensino de literatura.

O programa de Português para o curso colegial, clássico e científico, foi expedido pela Portaria Ministerial nº 87, em 23 de janeiro de 1943, seis meses depois do programa do ginásio. Nele, constavam quatro tópicos para a primeira e a segunda séries. Três eram comuns às duas: *gramática, leitura e outros exercícios*[3]. O primeiro era incomum: *Noções Gerais de Literatura* na primeira série e *Noções de História da Literatura Portuguesa* na segunda série. O tópico *Noções Gerais de Literatura* pode ser considerado uma propedêutica panorâmica e teórica a textos e histórias literários, englobando questões como conceito de literatura, escolas literárias, estilo, distinção prosa/poesia e gêneros literários. O tópico *leitura* estabelecia para a primeira série "páginas de autores de língua portuguesa, desde trovadores medievais até escritores do século XX", e, para a segunda, "páginas de autores portugueses de várias eras literárias" (p. 361). As leituras de tais páginas deveriam ser acompanhadas de "comentário filológico-gramatical no qual se dará grande atenção ao estudo do vocabulário e da sintaxe e se recordarão as generalidades de gramática expositiva e histórica ministradas no curso ginasial." (p. 361). Para a terceira série, não havia o tópico *gramática* e era definido o estudo de *Noções de História da Literatura Brasileira, com leitura* de "páginas de autores brasileiros" (p. 361) da "era colonial" e da "era nacional". Dessa forma, apesar de o tópico *leitura* da primeira série incluir escritores brasileiros, a literatura brasileira concentrava-se na terceira série. Nesse sentido, observa Razzini, era atingido "objetivo patriótico e nacionalista, estabelecido na lei, quando tratava de nossa literatura, na 3ª série" (RAZZINI, 2000, p. 106).

O programa para a disciplina, assim como o do curso ginasial, pode ter a autoria atribuída a Sousa da Silveira. Entretanto, o programa era submetido à apreciação de Gustavo Capanema e de outros professores ligados ao ministro. Tanto que documentos indicaram que uma primeira versão do programa, datilografada, foi enviada a Capanema ainda em julho de 1942. Uma segunda versão, manuscrita e sem data, seria providenciada e reapresentada pelo mesmo Sousa da Silveira. Sem realizar a confrontação das versões, assinalamos, contudo, que não houve

discordâncias quanto ao que havia sido definido para a terceira série. Sousa da Silveira apenas notificou e rubricou: "[O programa será o mesmo que foi apresentado ao sr. Ministro em 31-7-1942. SS]"[4].

Filólogo, Sousa da Silveira era engenheiro de formação, mas abandonou a carreira e passou a se dedicar ao magistério, primeiramente no ensino secundário (entre 1920 e 1935) e, posteriormente, no ensino superior. Foi professor catedrático de Língua Portuguesa da Universidade do Distrito Federal (entre 1935 e 1939) e na Faculdade Nacional de Filosofia (de 1939 até aposentadoria em 1953) (SILVA, 1984). Desenvolveu atividades junto a Capanema desde 1934, quando integrou comissão designada para tratar de uma reforma ortográfica. Das atividades desenvolvidas, embora não mencione o programa aqui em questão, referindo-se apenas ao do ginásio, Maximiano de Carvalho e Silva, em livro dedicado à vida e à obra do filólogo, considera-o "o ponto mais alto da colaboração prestada por Sousa da Silveira aos planos de renovação do Ministro Gustavo Capanema." (Ibid., pp. 77-78). Na sua avaliação, Silva ressalta as contribuições quanto às recomendações, de grande mudança, relativas ao ensino gramatical, a especialidade e o ponto forte do autor dos programas. Por modéstia ou por convicção, Sousa da Silveira afirmava, em artigo sobre o amigo Manuel Bandeira: "Noto, na minha exígua formação literária, mais de um vestígio de sua influência benéfica." (SILVEIRA *apud* SILVA, 1984, p. 16, nota 45). Apesar disso, ambos os programas, do ginásio e do colégio, couberam ao então professor da Faculdade Nacional de Filosofia.

Devido à ausência de documentos, não é possível conhecer o processo de elaboração tanto das noções de história da literatura brasileira quanto do que ficava definido para a primeira e segunda séries (cf. ANEXOS 1 e 2). O certo é que a divisão da história da literatura brasileira em duas eras, colonial e nacional, era a divisão de José Veríssimo em sua *História da Literatura Brasileira*, de 1916, precedida por uma introdução na qual deveriam ser abordadas as transformações ocorridas na língua portuguesa em solo brasileiro com encontro de três "raças". Portanto, periodização política e concepção naturalista de literatura para autores e obras em sua maioria dos séculos XIX e anteriores numa divisão simples em apenas duas eras. Por outro lado, não é certo, mas muito provável, Sousa da Silveira deve ter recorrido ao gigantesco programa anterior para a disciplina, de 1936 - além do que permaneceria no novo programa de 1943, era prescrito o estudo das literaturas hispano-americanas, francesa, inglesa, espanhola, alemã, italiana e ainda outras. O filólogo teria, então, realizado cortes e inserções.[5] Ainda no terreno da hipótese, também muito provável, Sousa da Silveira teria recorrido ao amigo Manuel Bandeira, cuja obra *Noções de História das Literaturas* registrava em seu índice a mesma sequência de palavras utilizadas no programa: "*Historiadores, críticos, jornalistas, oradores*" (BANDEIRA, 1942, p. XIII).

\*

Em 1951, os programas de todas as disciplinas foram reelaborados pela Congregação do Colégio Pedro II. Na ata de 4 de julho de 1951, foi reproduzida a carta encaminhada por Ernesto Simões Filho, o então ministro da Educação e Saúde do novo governo, agora eleito, de Vargas. O ministro aí dava as mesmas razões apresentadas quando da divulgação dos programas já prontos: que fosse feita uma "simplificação" (p. 25)[6], pensando nas diversidades regionais. Ainda com esse fim, os programas deviam ter "certa plasticidade" (p. 26). Para o ministro: "Os professores do ensino secundário deverão encontrar, nos programas elaborados pelo Colégio Pedro II, um roteiro disciplinador - um programa mínimo - necessário ao desenvolvimento dos trabalhos escolares, assegurando-lhes a liberdade de apresentação da matéria, de conformidade com as conveniências didáticas." (p. 26).

Havia programa mínimo e plano de desenvolvimento do programa mínimo. O primeiro foi expedido pela Portaria nº 966, de 2 de outubro de 1951; o segundo, pouco mais de dois meses depois, pela Portaria nº 1.045, de 14 de dezembro de 1951 (cf. ANEXO 3). Houve reconfiguração significativa para a primeira e segunda séries. No que se referia às determinações de leitura, na primeira série, seriam estudados autores brasileiros e portugueses que escreveram do século XVIII em diante; na segunda, haveria "textos de autores brasileiros e portugueses, a partir do século XVI" (p. 365). No entanto, a reconfiguração maior colocava o que antes estava dividido entre a primeira e a segunda séries apenas na segunda: uma abordagem geral sobre literatura e a história da literatura portuguesa. Em compensação, não haveria mais na segunda série conteúdos de gramática. Esta ficava confinada ao primeiro ano: "Caberá na 1ª série do segundo ciclo, pelo estudo elementar da gramática histórica, a justificação de várias normas ortográficas e de certos preceitos da gramática expositiva." (p. 367). Tratava-se de ensinar uma história resumida da língua portuguesa, ou seja, seara de filólogos, os quais tinham o campo de atuação reduzido através da diminuição das horas-aula da disciplina de Latim. Quanto à terceira série, não havia muitas alterações nos conteúdos já arrolados no programa de 1943. Basicamente, foram repetidas as "escolas" do programa anterior, sem menção de autores e sem divisão em "eras". O item *a* do segundo tópico ganhava aqui um caráter mais genérico, não era feita referência às "raças". Também não houve alteração quanto à unidade entre ginásio e colégio, com a leitura literária concentrada neste último ciclo: a análise literária "já se pode esboçar nesta série" (p. 366), a quarta do ginásio, como observado na parte de *Instruções metodológicas*. A leitura continuava com a perspectiva filológica, devia ser seguida de "interpretação, análise literária elementar, comentário gramatical e estudo filológico elementar" (p. 363).

As atas da Congregação do Colégio Pedro II registraram, a partir de julho de 1951, algumas discussões quanto à reelaboração dos programas. Entretanto, nada havia sobre os programas para Português. Assim, o que é possível afirmar sobre o resultado oficialmente apresentado é que sobre ele acordaram, como professores catedráticos efetivos de Português, Quintino do Vale, Clóvis do Rego Monteiro e Cândido Jucá Filho, que compareceram às reuniões. José Oiticica, também professor catedrático efetivo de Português, solicitou que registrassem na ata seguinte à votação dos programas: "Peço que se consigne em ata, que nenhuma interferência tive na organização dos programas de português e que votaria contra eles se estivesse presente quando foram aprovados em Congregação. Rio, 24 de setembro de 1951. (a) José Oiticica." (p. 69). Alvaro Lins (desde 1941) e Afrânio Coutinho (desde 1947) eram professores catedráticos interinos.

Não é possível, aqui, abordar a trajetória de formação de cada um dos professores efetivos de Português que compunham a Congregação do Colégio Pedro II, contudo, é possível afirmar que a especialidade de todos eles era a filologia. Sílvio Elia, ao historiar os estudos filológicos no Brasil, coloca Monteiro e Oiticica, juntamente com Sousa da Silveira, como pertencendo a uma mesma geração de filólogos (ELIA, 1975, p. 134 e ss.) - à qual podemos acrescentar Quintino do Vale. Esta geração firmou-se no período de 1920 a 1940. Jucá Filho, por sua vez, seria um intermediário entre esta e a geração seguinte. Embora nem os professores nem sua produção intelectual devam ter suas particularidades desconsideradas, tanto o ensino de literatura quanto a pesquisa sobre literatura, sem a perspectiva filológica, estavam para eles em segundo plano. Esse traço os unia.

### **Afrânio Coutinho: o elo e a ligação**

Afrânio Coutinho publicou, em 1954, um artigo que retomava questões abordadas no seu discurso de posse, em 1952, na cátedra de Literatura do Colégio Pedro II e analisava os programas de Português de 1943 e de 1951. Tratava-se de uma das frentes de luta do professor e crítico literário. Para o professor, "em ambos os programas, o grosso é o estudo das literaturas portuguesa (2ª série) e brasileira (3ª série). A disciplina é de português, mas a matéria é de literatura." (COUTINHO, 1954, p. 10). Entretanto, discordava Coutinho, não era propriamente literatura, tratava-se de "História, ou História Literária, ou História de escritores" (Ibid., p. 6). Eram diagnosticadas, assim, duas falhas na concepção do ensino de literatura: a confusão entre História Literária e Literatura - "o ponto crucial, e a principal causa de erro" (Ibid., p. 6) - e a inexistência da disciplina de Literatura. Além dessas, ainda apontava uma terceira: o ensino literário "há que basear-se no elemento estético, não apenas no gramatical, da obra, o outro erro do nosso sistema, que fundiu o ensino literário com o da linguagem." (Ibid., p. 7).[7]

Correlato da luta de Coutinho no campo literário, a luta no campo educacional, no âmbito do ensino secundário, dizia respeito à forma de aprender a ler literatura. No campo literário, iniciada na década anterior, segundo a análise de Flora Süssekind, ocorria "uma mudança nos critérios de validação daqueles que exercem a crítica literária." (SÜSSEKIND, 2002, p. 15). Havia uma oposição entre antigos "homens de letras" - não-especialistas, "defensores do impressionismo, do autodidatismo, da *review* como exibição de estilo, 'aventura da personalidade'" (Ibid., p. 15) - e novos "homens de letras" - formados pelas faculdades de Filosofia do Rio de Janeiro e de São Paulo, "interessados na especialização, na crítica ao personalismo, na pesquisa acadêmica" (Ibid., p. 15). Coincidentemente, nesse período, anos 1940 e 1950, as duas principais figuras eram professores do Colégio Pedro II, Coutinho e Alvaro Lins. O primeiro (um dos novos) tomou o segundo (um dos antigos) como alvo predileto no combate.

Assim, enquanto defendia a primazia do método na crítica e na formação literária em nível superior (NUNES, 2000), Coutinho discordava da proposta de leitura filológico-gramatical dos programas de 1943 e de 1951, programas elaborados por filólogos. O ensino de literatura não deveria ser confundido com história nem com biografismo nem com filologia, deveria ter a sua especificidade. Em resumo do programa adotado no Colégio Pedro II após sua efetivação, propondo uma abordagem através dos gêneros considerados mais importantes da literatura no Brasil (lirismo, ficção, ensaio, drama), o professor explicitava o enfoque a ser dado ao texto ficcional:

O que lhe interessa precipuamente num romance ou num conto são outros problemas, tais como os do tema, da exposição, do início, da atmosfera, do clímax, da seleção e sugestão, do conflito, da complicação, da solução, do personagem, da ação, da caracterização, do foco de interesse, do foco da narrativa, do ponto de vista, da distância, do suspense, do enredo, da unidade, do movimento, da verossimilhança, da lógica, do diálogo, do estilo; ou como distinguir os vários tipos de ficção, de ação e aventura, de mistério e fantasia, de emoção, de humorismo, de atmosfera, de psicologia, de costumes, etc. É a consideração destas e outras questões que torna distinta a perspectiva verdadeiramente estética - estruturalista - do fato literário, do método histórico-biográfico ou simplesmente filológico de abordagem. E a compreensão disso é da maior relevância no ensino literário. (COUTINHO, 1954, p. 13).

Dessa forma, aprender literatura seria aprender a ler a literatura como literatura, esteticamente, segundo os moldes apresentados por Coutinho - que certamente podem ser postos em discussão. Nisso, entretanto, deve ser destacada a percepção do professor quanto à especificidade da disciplina escolar em sua história e também das diferentes finalidades do ensino de literatura no curso colegial e no ensino

superior. No que se refere ao primeiro tipo de ensino, embora Coutinho não questione *o que* ensinar (o rol de escritores e obras) nem *para que* (iniciação literária, com preocupações humanísticas e patrióticas), foca bem o *como* (o procedimento de leitura) e os oponentes (filólogos e historiadores). Para os estudantes, esse novo procedimento de leitura seria a base para estudos especializados ou para a vida geral, pois, argumentava Coutinho, "assim se fica capacitado para compreender uma forma de narrativa, e os seus elementos, inclusive diante de uma produção cinematográfica." (COUTINHO, 1954, p. 13).

Entretanto, se Coutinho é um importante elo entre ensino colegial e crítica literária, a ligação não se esgotaria na atuação que teve no Colégio Pedro II - atuação que se deu, assinala-se, em um período no qual o prestigioso colégio não seria mais o lugar institucional de elaboração de programas. Nos anos 1960, Afrânio Coutinho passaria a atuar no âmbito universitário, tendo chegado, em 1967, à função de diretor da Faculdade de Letras da UFRJ. Isso significa que contribuiu substancialmente na estruturação de estudos de novos docentes do ensino secundário e de novos críticos literários.

### **Os anos 1960: outro elo, outra ligação**

Em 1961, após treze anos de tramitação no Congresso Nacional, foi aprovada a Lei nº 4.024, fixando as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O sistema educacional pós-primário foi descentralizado. Como decorrência, foram abolidos os programas elaborados em âmbito federal e publicadas, em 1962, especificações quanto à *Amplitude e desenvolvimento das matérias obrigatórias*, que serviriam de guia para os novos programas. Permanecia a unidade entre ginásio e colégio e era conservada a destinação da análise literária ao colégio. No tópico "2º ciclo" havia apenas dois parágrafos:

No 2º ciclo, a matéria será encarada nos seus aspectos culturais e artísticos, relacionados com a formação e desenvolvimento da civilização brasileira.

Assim sendo, os conhecimentos adquiridos no curso ginásial serão consolidados por um estudo mais aprofundado da gramática expositiva e complementados pelo da gramática histórica e da literatura brasileira e portuguesa, analisadas à luz dos textos de suas diversas fases. (p. 370)

Foi a partir dessas linhas que surgiram diferentes propostas de programa para a disciplina de Português no curso colegial. Entretanto, podemos definir o programa do Estado de São Paulo, de 1965, também o último (VIEIRA, 2008), como o mais importante (SÃO PAULO, 1965, pp. 21-22). Havia versões diferentes para clássico e científico. Ambos eram divididos em quatro tópicos: *Leitura, Redação, Literatura e Revisão de gramática*. Os programas tornavam-se quase que exclusivamente históricos. Era definido o estudo paralelo da história das literaturas portuguesa e brasileira. Na primeira série iniciava com a "Era Medieval" (portuguesa) e findava com a "Era Colonial Brasileira" - "Arcadismo no Brasil". Na segunda série definia romantismo e realismo (este incluía os poetas parnasianos). Na terceira série, simbolismo e modernismo. Em Portugal e no Brasil.

As especificações do tópico *Leitura* definiam que, em classe, para cada uma das séries, deveria haver a interpretação e análise literária de autores portugueses e brasileiros dos seus respectivos séculos. Quanto ao comentário gramatical e filológico, havia uma redução da sua amplitude: era previsto para todos os textos do curso clássico; para o curso científico, a partir do século XIX, haveria tal tipo de

comentário "quando necessário". Os programas definiam ainda que deveriam ser realizadas leituras extra-classe das obras mais importantes, individualmente ou em equipe.

Os dois programas foram elaborados por quatro professores efetivos do ensino secundário que atuavam na cidade de São Paulo: Sergio Correia, Eda Janotti, Ivete Santinho e Dilza de Carvalho Persicano (SÃO PAULO, 1964, p. 36). Comparados aos programas federais de 1943 e de 1951, os programas de São Paulo propunham uma mudança substancial na estruturação do ensino de literatura, ampliavam o espaço que cabia ao modernismo e viria a estabelecer uma nova vulgata (CHERVEL, 1990) ao longo dos anos 1970. O estudo paralelo proposto, designado por Nelly Novaes Coelho como "estudo da *literatura comparada*, portuguesa e brasileira" (COELHO, 1966, p. 92), era um indício das transformações que ocorriam na formação universitária dos docentes. E aqui, assim como Coutinho constituiu um importante elo entre ensino e crítica desde os anos 1950, podemos localizar, nos anos 1960, outro importante elo: Antonio Candido.

A figura de Candido, atuando na USP desde 1961, marcava diferenças no âmbito da crítica universitária. Nas relações entre literatura e história social, Coutinho defendia "a supressão parcial de um dos seus termos (a 'história') e a afirmação de uma autonomia plena do literário" (Ibid., p. 22), ou seja, uma crítica estética; para Candido, a "questão seria trabalhar com um paradoxo: 'o externo se torna interno e a crítica deixa de ser sociológica, para ser apenas crítica'." (Ibid., p. 24), ou seja, uma crítica dialética.[8]

A ligação entre ensino colegial e crítica literária proporcionada por Candido, diferentemente de Coutinho, que foi professor no secundário, é apenas indireta, quer dizer, através da formação de docentes e de suas publicações. Entre estas, no que se refere ao ensino, uma merece destaque: a antologia em três volumes, organizada em parceria com José Aderaldo Castello, *Presença da Literatura Brasileira*. Destinada a professores e estudantes do curso colegial, a primeira edição da obra, assinale-se, é anterior ao programa de Português de São Paulo, foi publicada em 1964 - entretanto, distribuía a história da literatura brasileira de modo semelhante: origens e barroco, arcadismo e romantismo estavam no volume 1; romantismo (continuação), realismo, parnasianismo e simbolismo, no volume 2; e o modernismo estava no volume 3. Osman Lins, em artigos publicados em 1965, após muitas críticas à produção didática, classificava a obra de Candido e Castello como "recomendável a quem quer que, estudante ou não, deseje iniciar-se, sem os habituais descaminhos, no conhecimento de nosso patrimônio literário" (LINS, 1977, p. 40). A obra se tornaria referência, por exemplo, para os autores de livros didáticos produzidos sobretudo a partir dos anos 1970, autores os quais, em sua maior parte, provinham da USP. Assim, é bem-vinda a ambiguidade de "suas publicações" no início desse parágrafo: publicações de Candido e dos docentes do curso colegial que foram seus alunos ou que se serviram de suas obras.

A melhor compreensão e análise desse elo, entretanto, é tema para futuros textos.

---

[1] As referências aos programas, quando não houver indicações, são da compilação reunida no anexo II da tese de Márcia Razzini (2000). *Outros exercícios* eram exposição oral, redação e composição, ensaios de crítica, análise literária.

[2] As "forças dissolventes", em parte estrangeiras, foram, com uma leve alteração para "fatores dissolventes", especificadas no programa de 1951: "seduções do materialismo, da incúria ou da frivolidade" (Portaria nº 1.045, de 14 de dezembro de 1951).

[3] Em *outros exercícios*, o programa especificava: exercícios de exposição oral; exercícios de redação e composição; análise literária.

[4] Arquivo Gustavo Capanema. GCg 39.01.00. CPDOC/FGV, RJ.

[5] Enquanto historiadores, críticos, jornalistas e oradores eram nomeados no programa de 1936, não havia, por exemplo, indicações relativas a Mário Pederneiras e a Farias Brito.

[6] As numerações de atas aqui indicadas têm como referência: NUDOM (Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II). Colégio Pedro II, Livro de Atas da Congregação (1950-1954).

[7] Cf., a esse respeito, parte da abordagem realizada por Lutfi (s.d.).

[8] Cf. as considerações de Barbosa (1996), Bosi (2000), Martins (2004), Nunes (2000) e Sússekind (2002).



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Manuel. *Noções de História das Literaturas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

BARBOSA, João Alexandre. A biblioteca imaginária, ou o Cânone na História da Literatura Brasileira. *Qfwfq*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 1996, Rio de Janeiro: UERJ, 1996, pp. 42-77.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e saber escolar: 1810-1910*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (História da Educação)

\_\_\_\_\_. O que é disciplina escolar? In: *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004, pp. 31-56.

\_\_\_\_\_. “Disciplinas escolares: história e pesquisa.” In: *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, pp.

\_\_\_\_\_. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. São Paulo: Doutorado, FFLCH-USP, 1993.

BOSI, Alfredo. Por um historicismo renovado. *Teresa* - revista de literatura brasileira, São Paulo, n.1, 2000, pp. 9-47.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, nº 2, pp. 177-229, 1990.

COELHO, Nelly Novaes. O estudo da literatura no I.º colegial. *O ensino da literatura: sugestões metodológicas para o curso secundário e normal*. São Paulo: FTD, 1966, pp. 91-119.

COUTINHO, Afrânio. O ensino da literatura no curso secundário. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, vol. XXI, n. 54, abr.-jun. 1954, pp. 3-15.

ELIA, Sílvio. Os estudos filológicos no Brasil. In: *Ensaio de filologia e linguística*. 2. ed. Rio de Janeiro, Grifo; Brasília, INL, 1975, pp. 117-224.

FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 5, p. 28-49, 1992.

GOODSON, Ivor F. *A construção social do currículo*. Trad. Maria João Carvalho. Lisboa: Educa, 1997.

\_\_\_\_\_. *Currículo: teoria e história*. Trad. Atílio Brunetta. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. La construcción social del curriculum. Possibilidades y ambitos de investigación de la historia del curriculum. *Revista de Educación*, Madrid, nº 295, 1991, pp. 7-37.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto; Tanuri, Leonor Maria. “A educação básica no Brasil”. In: *Estrutura e funcionamento da educação básica: leituras*. 2.ed. São Paulo: Thompson, 2002, pp. 59-101.

Lins, Osman. O livro didático: primeiro tempo: 1965. In: *Do ideal e da glória: problemas inculturais brasileiros*. São Paulo: Summus, 1977, pp. 15-40.

Lutfi, Eulina Pacheco. *Tempos e momentos do ensino da Literatura em trama e urdidura*. [no prelo]

Martins, Wilson. A crítica modernista. In: Coutinho, Afrânio (dir.). *A literatura no Brasil: era modernista*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Global, 2004, v. 5.

Nunes, Benedito. Crítica literária no Brasil, ontem e hoje. In: Martins, Maria Helena (org.). *Rumos da crítica*. São Paulo: Editora SENAC; São Paulo: Itáu Cultural, 2000, pp. 51-79.

Razzini, Marcia de Paula Gregorio. *O Espelho da Nação: a Antologia Nacional e o ensino de português e de literatura (1838-1971)*. Tese de Doutorado, Unicamp, 2000.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Roteiros de orientação para a cadeira de português. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Ano LXXV, n. 5, 9 de janeiro de 1965, pp. 21-22.

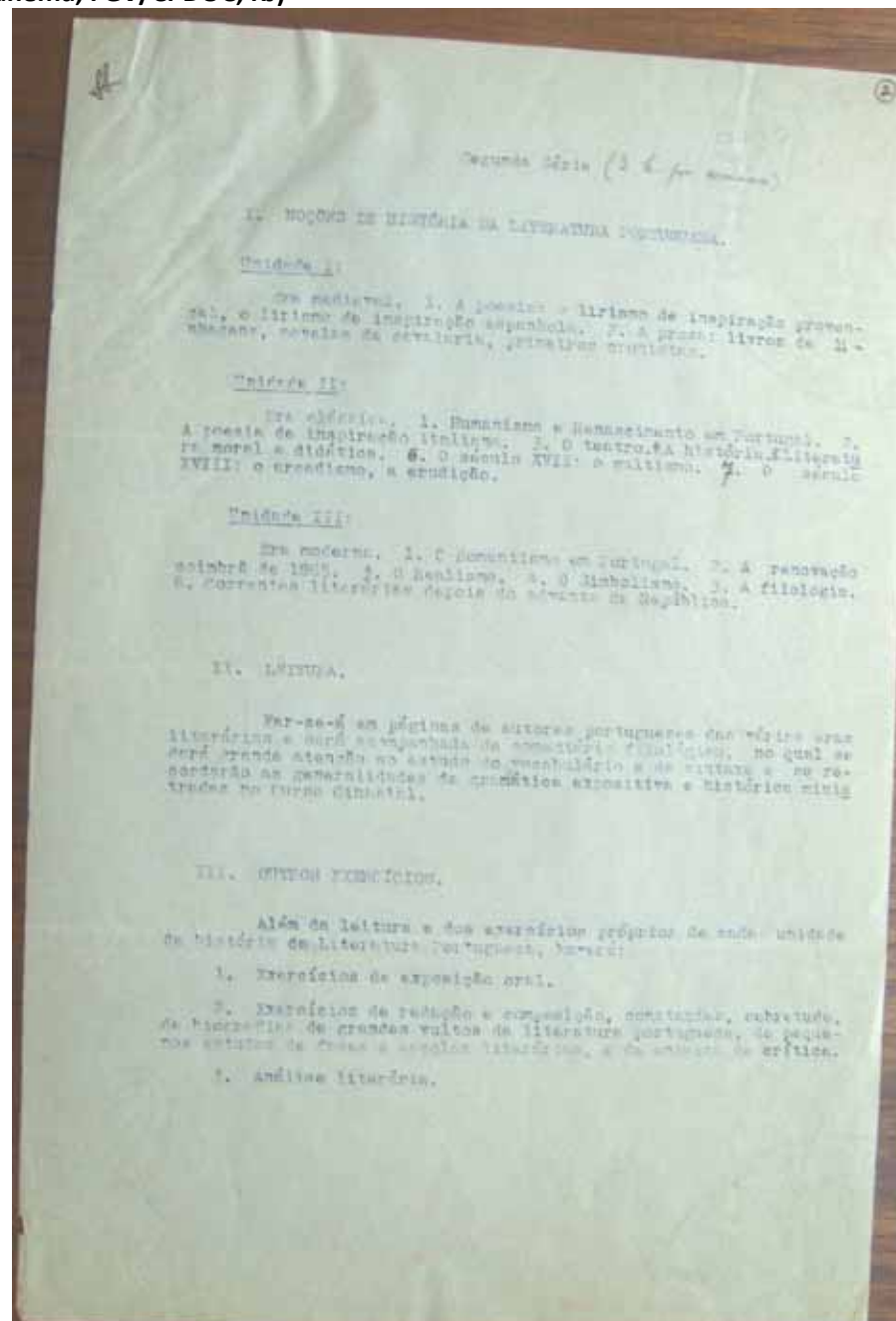
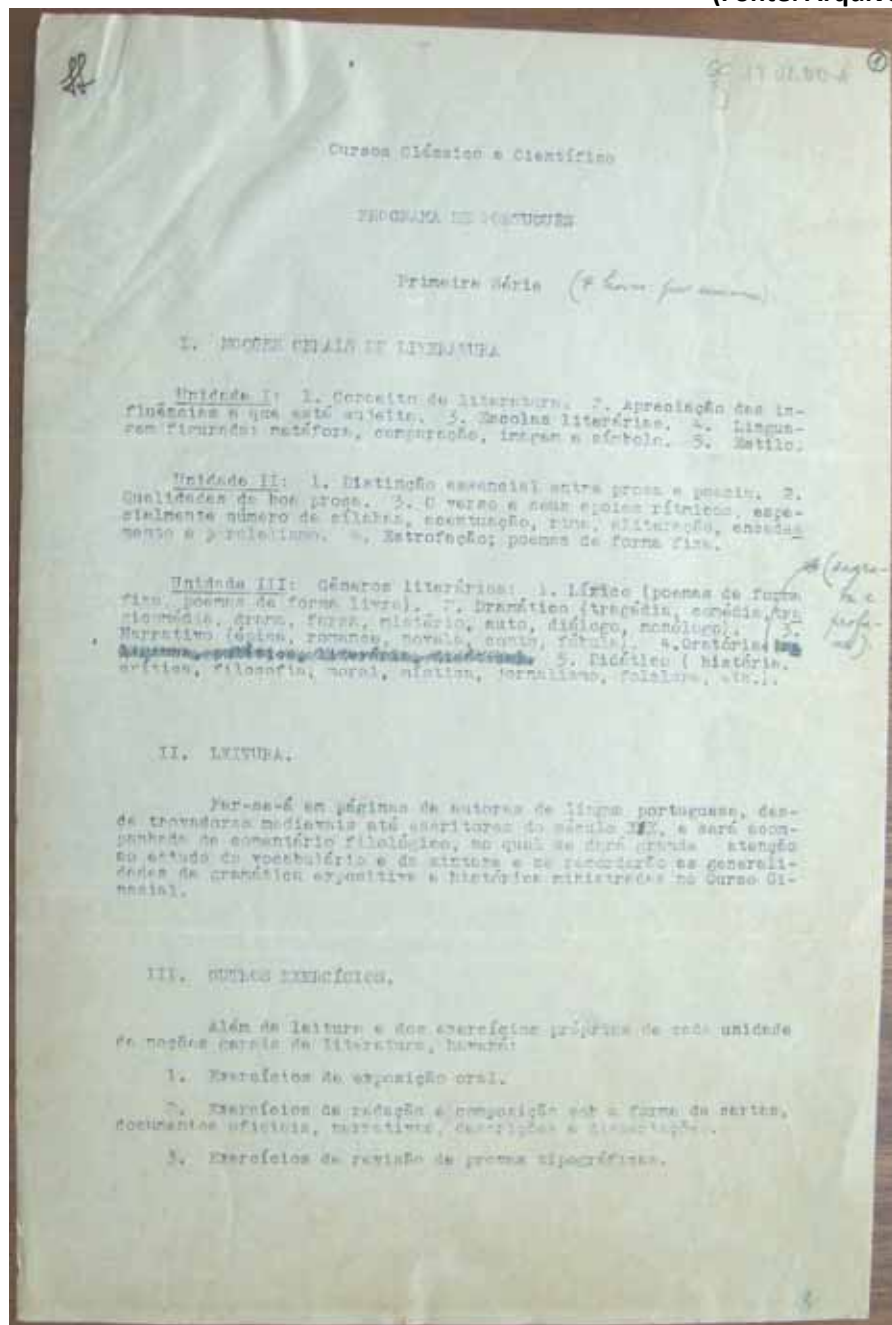
\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Ano LXXIV, n. 217, 18 de janeiro de 1964, p. 36.

Silva, Maximiano de Carvalho. *Sousa da Silveira: o homem e a obra: sua contribuição à crítica textual no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença Edições; Brasília: INL, 1984.

Süssekind, Flora. Rodapés, tratados e ensaios: a formação da crítica brasileira moderna. In: *Papéis colados*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002, pp. 13-34.

Anexo 1 - Primeira versão do programa de 1943, primeira e segunda séries do curso colegial

(Fonte: Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, RJ)





### Anexo 3 – Programas de 1951

Portaria n.º 966, de 2 de outubro de 1951, aprovou os programas dos cursos ginasial e colegial, elaborados pela Congregação do Colégio Pedro II.

#### CURSO COLEGIAL

##### 1ª série

1. a) Leitura, interpretação, análise literária elementar, comentário gramatical e estudo filológico elementar de textos de autores brasileiros e portugueses, a partir do século XVIII. b) Exercícios de exposição oral. c) Composição escrita. d) Organização de pequenas antologias, com auxílio do professor.

2. a) História resumida da língua portuguesa. b) Noções de fonética e morfologia históricas. c) Formação do vocabulário português. d) O português no Brasil. e) Leitura e interpretação de alguns textos brevíssimos de autores da época anteclassica. f) Arcaísmos.

##### 2ª série

1. a) Leitura, interpretação, análise literária, comentário gramatical e estudo filológico elementar de textos de autores brasileiros e portugueses. b) Exercícios de exposição oral. c) Composição escrita. d) Revisão de provas tipográficas.

2. a) Literatura. b) Folclore. c) Escolas literárias. d) Gêneros de composição em prosa e verso.

3. a) Literatura portuguesa: divisão em períodos; b) Estudo das fases clássicas da literatura portuguesa, a propósito da leitura de textos cuidadosamente escolhidos. c) O Romantismo. d) O Realismo e o Naturalismo. A questão Coimbrã. e) O Parnasianismo e o Simbolismo. f) A fase contemporânea.

##### 3ª série

1. a) Leitura, interpretação, análise literária, comentário gramatical e estudo filológico elementar de textos de autores brasileiros e portugueses. b) Exercícios de exposição oral. c) Composição escrita.

2. a) Literatura brasileira: formação e desenvolvimento, fases, caracteres de cada fase do período colonial. b) O Romantismo. c) A reação anti-romântica. d) O Parnasianismo. e) O Simbolismo e o movimento modernista. f) Leitura sistemática de autores expressivos desses movimentos.

Portaria n.º 1.045, de 14 de dezembro de 1951, expediu os planos de desenvolvimento dos programas mínimos de ensino secundário e respectivas instruções metodológicas.

#### CURSO CLÁSSICO E CURSO CIENTÍFICO

##### 1ª Série

1. a) Leitura, interpretação, análise literária elementar, comentário gramatical e filológico de textos de autores brasileiros e portugueses, a partir do século XVIII. b) Exercícios de exposição oral: impressões de leituras feitas fora da classe. c) Composição escrita: dissertações sobre temas comuns da vida escolar e da vida social, provérbios e pensamentos célebres; elogio de feitos notáveis, de virtudes cívicas e domésticas; cartas; notícias para jornal. d) Organização de pequenas antologias pelos alunos, com auxílio do professor.

2. a) A língua portuguesa: sua origem, história e domínio. As demais línguas românicas. O latim vulgar, seus caracteres. b) Noções elementares de fonética histórica; acento tônico; alterações fonéticas; vocalismo e consonantismo. Formas divergentes. Justificação histórica de algumas regras de ortografia. O desaparecimento do neutro. Redução das declinações, os casos; sobrevivência do acusativo. Redução das conjugações. Fatos devidos à analogia. Desaparecimento de tempos; criações românicas. c) Formação do vocabulário português. d) O português no Brasil; contribuição brasileira para o léxico da língua; e) Leitura e interpretação de poucos textos brevíssimos de autores da época anteclassica. f) Arcaísmos.

##### 2ª Série

1. a) Leitura, interpretação, análise literária, comentário gramatical e filológico de textos de autores brasileiros e portugueses, a partir do século XVI. b) Exercícios orais: impressões de leituras feitas fora da aula; exposição da matéria do programa. c) Composição escrita: dissertações sobre temas sociais e assuntos literários; artigos para a revista escolar; pequenos ensaios de crítica. d) Revisão de provas tipográficas.

2. a) A literatura; influências a que está sujeita; a sua posição entre as demais artes. b) O folclore e a sua importância na literatura. c) Escolas literárias. O estilo: virtudes e defeitos. d) Gêneros de composição em prosa. Gêneros de composição em verso.

3. a) Períodos em que se pode dividir a história literária portuguesa; justificação histórica. b) As fases clássicas da literatura portuguesa; influências estrangeiras. As academias. c) O Romantismo e sua significação histórica e política. d) A reação anti-romântica e suas várias expressões. Estudo de textos dos autores mais notáveis. e) Parnasianismo e Simbolismo. f) A fase contemporânea e as grandes expressões modernas.

##### 3ª Série

1. a) Leitura, interpretação, análise literária, comentário gramatical e filológico de textos de autores brasileiros e portugueses. b) Exercícios orais: resumos de assuntos lidos fora da classe; exposição de pontos de literatura. c) Composição escrita: dissertações morais e literárias, pequenos ensaios de crítica; artigos para a revista escolar; trabalhos de livre escolha do aluno.

2. a) Formação e desenvolvimento da literatura brasileira. A literatura dos viajantes e dos catequistas no século XVI. A poesia, a prosa e a oratória no período colonial. O chamado grupo baiano. Os poetas do grupo mineiro. b) O Romantismo no Brasil. Precursores. Caracteres do Romantismo brasileiro. c) A reação anti-romântica. Autores de transição. d) Os parnasianos e a sua técnica. e) O Simbolismo e as tendências modernas da poesia e da prosa brasileiras.